

Ativo					Passivo				
	Nota	2025	2024	Varição		Nota	2025	2024	Varição
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Disponibilidades		4.181.794	2.879.824	1.301.970 45%	Fornecedores	10	41.448	23.958	17.490 73%
Caixa	5	59	3.616	- 3.557 -98%	Salários e Ordenados a Pagar	10	1.030.690	890.213	140.477 16%
Bancos	5	226.244	649.472	- 423.228 -65%	Impostos, Taxas e Contribuições	10	200.402	161.113	39.289 24%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	5	3.955.492	2.226.736	1.728.756 78%	Provisão Para Férias	11	1.412.351	1.174.201	238.150 20%
					Projetos a Realizar	-	33.333	133.279	- 99.946 -75%
Direitos Realizáveis		808.732	1.037.409	- 228.676 -22%	Total do Passivo Circulante		2.718.225	2.382.764	335.460 14%
Contas a Receber	6	775.399	904.130	- 128.730 -14%	NÃO CIRCULANTE				
Projetos a Receber	-	33.333	133.279	- 99.946 -75%	Exigível a Longo Prazo				
					Provisão de Contingências	12	159.290	128.310	30.980 24%
Total do Ativo Circulante		4.990.527	3.917.233	1.073.294 27%	Total do Passivo Não Circulante		159.290	128.310	30.980 24%
NÃO CIRCULANTE					Reservas de Reavaliação		1.369.616	1.394.593	- 24.977 -2%
Realizável a Longo Prazo					Total Reservas do Patrimônio Social		1.369.616	1.394.593	- 24.977 -2%
Imobilizado	8	5.749.425	5.729.422	20.003 0%	Superávit /Déficit Acumulados	13	5.765.964	5.154.672	611.292 12%
					Resultado do Exercício		726.857	586.315	140.542 24%
Total do Ativo não Circulante		5.749.425	5.729.422	20.003 0%	Total do Patrimônio Social		7.862.437	7.135.580	726.858 10%
Compensação do Ativo	22	9.002.988	8.563.050	439.938 5%	Compensação do Passivo	22	9.002.988	8.563.050	439.938 5%
TOTAL DO ATIVO		19.742.940	18.209.705	1.533.235 8%	TOTAL DO PASSIVO		19.742.940	18.209.705	1.533.235 8%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- - 0



	Nota	2025	2024	Variação	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Receitas próprias					
Receitas PJ de Direito Privado - Garantia de Aprendizizes	-	10.027.031	9.055.378	971.654	11%
Receitas PJ de Direito Público e Fundações - Garantia de Aprendizizes	18	8.383.662	7.378.841	1.004.822	14%
Receitas PJ de Direito Privado - Contribuição Socioeducativa	-	3.747.440	3.938.598	- 191.158	-5%
Receitas PJ de Direito Público e Fundações - Custeio da Gestão Socioeducativa	18	1.738.527	1.701.567	36.960	2%
Doações Recebidas e Contribuição de Associados	17	7.551	37.134	- 29.583	-80%
Registro do Trabalho Voluntário	22	698.269	669.738	28.531	4%
Receitas de Locação	-	28.500	25.000	3.500	14%
Receitas do Poder Púplico					
Patrocínio da Banda Sinfônica - Sanasa	18	126.000	126.000	-	0%
Repasse Municipais - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	18	350.000	50.146	299.854	598%
Subvenção Estadual	18	99.924	299.946	- 200.022	-67%
Total de Receitas		25.206.904	23.282.347	1.924.557	8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		25.206.904	23.282.347	1.924.557	8%
Custos com programa de aprendizagem e projetos complementares (Recursos próprios)		(18.725.986)	(17.585.727)	- 1.140.259	6%
SUPERÁVIT BRUTO		6.480.918	5.696.619	784.299	14%
Despesas Operacionais (Recursos próprios)		-6.084.375	-5.294.158	- 790.217	15%
Salários e Ordenados		(4.183.271)	-3.582.460	- 600.811	17%
Serviços de Terceiros		(356.161)	-334.675	- 21.486	6%
Registro do Trabalho Voluntário		(698.269)	-669.738	- 28.531	4%
Água e Saneamento		(97.969)	-92.778	- 5.191	6%
Telefone e Internet		(65.546)	-58.364	- 7.182	12%
Aluguel		(16.098)	-22.775	6.677	-29%
Manutenção e Conservação da Sede		(88.769)	-92.090	3.322	-4%
Seguros		(88.602)	-87.984	- 617	1%
Manutenção de Softwares		(102.381)	-76.590	- 25.791	34%
Conservação e Limpeza		(46.463)	-43.108	- 3.355	8%
Provisão para Devedores Duvidosos		(81.193)	-18.862	- 62.330	330%
Gerais e Administrativas		(228.676)	-214.733	- 13.943	6%
Provisão para contingências		(30.980)	-	- 30.980	n/a
Receita / Despesa Financeira					
Receita Financeira		347.694	199.931	147.762	74%
Despesa Financeira		(17.380)	-16.078	- 1.302	8%
Resultado Financeiro		330.314	183.853	146.460	80%
Déficit/Superávit do Exercício		726.857	586.315	140.542	24%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZAÇÃO PELA CIDADANIA - CAMPC
CNPJ 45.123.916/0001-77

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Reserva Reavaliação	Doações Patrimoniais	Superávit/Déficits Acumulados	Patrimônio Social
Realização de Reserva de Avaliação	(24.976)		24.976	-
Superavit em 31 de dezembro de 2024			586.315	586.315
Doações Patrimoniais				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.369.617	-	5.765.964	7.135.580
Realização de Reserva de Avaliação	(24.976)		24.976	-
Superavit em 31 de dezembro de 2025			726.857	726.857
Doações Patrimoniais				
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.344.641	-	6.517.799	7.862.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZAÇÃO PELA CIDADANIA - CAMPC
CNPJ 45.123.916/0001-77

Demonstração do Superávit e Déficit Acumulado - DSDA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	2025	2024
SALDOS ACUMULADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.740.987	5.129.696
ADIÇÕES		
Superávit (Déficit) do Exercício	726.857	586.315
Realização de Reserva de Reavaliação	24.976	24.976
Incorporação de Saldo de Doações Exercícios Anteriores		
EXCLUSÕES		
Ajuste ao Resultado	-	-
SALDO ACUMULADO NESTA DATA	6.492.820	5.740.987



CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZAÇÃO PELA CIDADANIA - CAMPC
CNPJ 45.123.916/0001-77

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	2025	2024
Superávit / Déficit Líquido do Exercício	726.857	586.315
Ajustes		
Depreciação e Amortização	80.727	94.331
Total	807.584	680.646
Variação nos Ativos	228.676	340.811
Contas a Receber	128.730	79.090
Despesas Antecipadas	-	395.000
Outros Créditos	99.946	(133.279)
Variação nos Passivos Operacionais	366.440	333.200
Fornecedores a Pagar	17.490	(7.365)
Obrigações Sociais e Fiscais	39.289	(810)
Obrigações Trabalhistas	140.477	24.619
Provisões para Férias	238.150	183.477
Provisões para Contingências	30.980	-
Outros Débitos	(99.946)	133.279
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	1.402.700	1.354.657
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Ativos Imobilizados	(100.730)	(280.828)
Caixa Proveniente das Atividades de Investimentos	(100.730)	(280.828)
Total	1.301.970	1.073.829
Redução/Aumento Líquida (o) de Caixa e Equivalente a Caixa	1.301.970	1.073.829
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	2.879.824	1.805.995
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	4.181.794	2.879.824
Conciliação de Caixa e Equivalente de Caixa		
Caixas e Bancos	226.303	653.088
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	3.955.492	2.226.736
Total	4.181.794	2.879.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZAÇÃO PELA CIDADANIA - CAMPC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

CONTEXTO OPERACIONAL

Nota Explicativa nº 01:

O Centro de Aprendizagem e Mobilização Pela Cidadania (CAMPC), inscrito no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 45.123.916/0001-77, é uma associação de fins não econômicos e lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, autônoma, apartidária, entidade beneficente de assistência social, reconhecida de utilidade pública, regularmente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Certificada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

O Centro de Aprendizagem e Mobilização Pela Cidadania (CAMPC), também designado pela sigla CAMPC, adota o nome fantasia Patrulheiros Campinas.

Constituem missão institucional do CAMPC a promoção, proteção e formação cidadã da criança, do adolescente e do jovem, em situações de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal, apoiando e fortalecendo suas famílias e comunidades na superação das desigualdades sociais.

O CAMPC tem objetivos assistenciais de ordem social, nos termos da Constituição Federal, dos quais se destacam:

- I. a promoção da assistência social, de forma articulada e integrada com as demais políticas públicas;
- II. a proteção social à infância, adolescência, juventude e família;
- III. a promoção do pleno desenvolvimento de adolescentes e jovens, mediante oportunidades de acesso e usufruto de direitos, construção de novos conhecimentos, convivência social, educação continuada, participação cidadã e formação geral para o mundo do trabalho;
- IV. a promoção da integração de adolescentes e jovens ao mercado de trabalho, com proteção social e garantia de direitos;
- V. a promoção da educação profissional, saúde, ciência e tecnologia, arte, esporte e lazer;
- VI. a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- VII. a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VIII. a promoção do voluntariado;
- IX. a promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- X. a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, na perspectiva da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

As ações do CAMPC – integralmente gratuitas, continuadas, permanentes e planejadas – estão pautadas no ordenamento pátrio, em especial na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993); Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145/2004), alinhando-se com a NOB/SUAS (Resolução CNAS nº 33/2012), Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), Resolução CNAS Nº 27/2011, Resolução CNAS nº 33/2011 e demais normativas e orientações relativas à Política de Assistência Social.

A entidade está devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS - Campinas) sob nº 133-E e registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA Campinas) sob nº 053. Os programas/cursos no que tange à Socioaprendizagem foram devidamente inscritos no CMDCA e validados pelo Ministério do Trabalho e estão amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterada pela Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) e posteriores, Decreto nº 9.579/2018 consolidado em suas alterações, bem como pela Portaria MTP 671/2021.



O desenvolvimento da Socioaprendizagem para adolescentes, jovens e pessoas com deficiência (PcD) com objetivo de promover a integração ao mundo do trabalho, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), observadas as ações protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Juventude, encontra respaldo no artigo 203 da Constituição Federal, artigo 2º da Lei nº 8.742/1993, pela Lei Complementar nº 187/2021, bem como na legislação específica já citada.

Nesse contexto, além da manutenção de seus registros e inscrições o CAMPC é reconhecido como entidade de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 202/74 e Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 3.825/69, possui Cadastro na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS/SP nº 2.094/1969 e Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme processo nº 71000.061343/2020-41, publicação da Portaria nº 49/2022 no Diário Oficial da União de 25/05/2022, com validade de 11/03/2021 até 31/12/2025.

Base de elaboração das demonstrações contábeis e resumo das principais práticas contábeis adotadas

Declaração de conformidade

Nota Explicativa nº 02:

As demonstrações contábeis foram estruturadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo o padrão de contabilização das Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a ITG 2002 R1 – Entidades sem finalidades de lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo, apurado no resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a Administração da Associação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões de estimativas contábeis são lançadas no período em que as estimativas são revisadas, assim como nos períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos referentes às políticas contábeis que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão informadas nas notas nº 04 para Estimativa de Perda de Crédito de Liquidação Duvidosa e nº 12 para passivos contingentes.

Nota Explicativa nº 03:

A prática contábil adotada é o regime de competência. Os direitos e obrigações da entidade estão registrados pelos seus valores originais (custo histórico), acrescidos dos encargos e correções até a data do balanço.

Nota Explicativa nº 04:

Gerenciamento de riscos

A Entidade apresenta exposição natural a riscos financeiros e econômicos advindos do uso de instrumentos financeiros, que basicamente são:



Risco de crédito e de Liquidez: É a possibilidade da ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, do contrato, convênio ou termo de parceria, assim como suas obrigações financeiras. O grupo de contas a receber, que é composto basicamente deste tipo de instrumento, é revisado periodicamente e ajustado contra a conta de PECLD, se necessário.

Riscos de taxas de juros: Apesar de exposta a este risco, ele é controlado e irrelevante, uma vez que a Entidade possui apenas aplicações financeiras com taxas pré-fixadas e conservadoras.

Ativo circulante e não circulante

Nota Explicativa nº 05:

Os recursos financeiros, caixa e equivalentes de caixa estão registrados pelo seu valor de aplicação original, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime contábil da competência. Os saldos analíticos findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 estão apresentados a seguir:

	12 2025	12 2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	59	3.616
Caixa	59	3.616
Bancos conta Movimento	226.244	649.472
Banco Bradesco c/c 85.630-4	225.537	2.754
Banco do Brasil c/c 17-5	-	-
Banco do Brasil c/c 7.998-0	707	10.651
Banco Santander 13005075-3	-	636.067
Aplicações de Liquidez Imediata	3.955.492	2.226.736
Banco do Brasil - Fundos de Investimento	829.626	731.311
Bradesco - CDB	2.208.433	1.373.857
Conta Max Santander	696.417	-
Banco do Brasil - RF Ref DI Plus 107999-9	52.642	-
Santander - CDB Progressivo	24.592	22.019
Banco do Brasil - RF Ref DI Plus Ag 42.223-1	66.805	35.575
Banco do Brasil 107997-2	28.556	25.223
Brasil - RF Ref DI Plus 41.861-7	47.976	38.751
Brasil - RF Ref DI Plus 42.734-9	445	-
Total Caixa e equivalentes de caixa	4.181.794	2.879.824

As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão do gozo de imunidade de tributos federais. Os recursos financeiros, caixa e equivalentes de caixa trata-se de verbas atreladas a contratos e termos de parceria, utilizadas como reserva para a realização da missão institucional do CAMPC.

Nota Explicativa nº 06:

No grupo de direitos realizáveis, a conta de Contratos, Convênios e Termos de Parceria, registrada no Ativo Circulante, representa os valores recebíveis das pessoas jurídicas de direito privado (empresas parceiras) e pessoa jurídica de direito público e economia mista.



Os recebíveis são realizáveis em até noventa dias, por isso não foram identificados valores relevantes para ajuste a valor presente, contudo, a administração do CAMPC constituiu Estimativa de Perda de Crédito de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 630.550,85 (seiscentos e trinta mil e quinhentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos).

Seguros contratados

Nota Explicativa nº 07:

O grupo de seguros a apropriar representa despesas antecipadas e refere-se ao pagamento de prêmios de seguros, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal.

Seguro dos veículos:

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possuía seguro compreensivo empresarial de seus veículos e de sua sede, com as seguradoras, conforme abaixo:

Seguradora Porto Seguro Número da Apólice 0746.26.59.311-4 Bem segurado Seguro Fiança Louveira Vigência 01/03/25 até 01/03/2026	Seguradora Allianz Número da Apólice :5177202522311796892 Bem segurado Moto Honda CG 160 (GIQ4290) Vigência 25/08/25 até 25/08/2026	Seguradora Porto Seguro Número da Apólice 118 264084482 Bem segurado Prédio Louveira Vigência 04/02/25 até 04/06/2026
Seguradora Porto Seguro Número da Apólice: 118 26 4094183 Bem segurado Empresarial Vigência 14/09/25 até 14/09/2026	Seguradora Porto Seguro Número da Apólice: Bem segurado Vida 0993.00.26132.824-6 Vigência 31/07/25 até 31/07/2026	Seguradora Porto Seguro Número da Apólice 0531 26 15802093 Bem segurado Renault Master Minibus Vigência 01/12/24 até 01/12/2025
Seguradora Porto Seguro Número da Apólice: 0531 26 17276224 Bem segurado Classic Vigência 11/09/25 até 11/09/2026	Seguradora Allianz Número da Apólice : 36895170 Bem segurado Fiesta CRJ2960 Vigência 01/10/25 até 01/10/2026	Seguradora Porto Seguro Número da Apólice 0531 26 17545004 Bem segurado Kombi Vigência 31/10/25 até 31/10/2026
Seguradora Allianz Número da Apólice: 36871361 Bem segurado Fiesta BXF9829 Vigência 1/10/25 até 1/10/2026	Seguradora Porto Seguro Número da Apólice 0531 26 17771390 Bem segurado Renault Master Minibus Vigência 01/12/25 até 01/12/2026	

Nota Explicativa nº 08:

O imobilizado apresenta-se pelo custo de aquisição ou valor original, reconhecida a depreciação ou amortização no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que, para a Entidade, este método é o que mais se assemelha ao padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Nos quadros a seguir, estão demonstradas as taxas de depreciações e a composição do imobilizado e intangível:

Descrição	12 2024	Mov. Líquido	12 2025
Imoveis em Uso	3.873.624,16	- 42.929,04	3.830.695,12
Maquinas e Equipamentos	4.185,98	36.425,25	40.611,23
Moveis e Utensilios	191.704,87	32.410,85	224.115,72
Veiculos	-	-	-
Equipamentos de Informatica	173.053,45	2.805,45	175.858,90
Terreno	1.427.900,00	-	1.427.900,00
Biblioteca	6.007,66	-	6.007,66
Instrumentos Musicais & Esportivos	38.211,93	- 4.499,52	33.712,41
Software Administrativo	14.734,11	- 4.209,72	10.524,39



Redução ao valor recuperável de ativos

Nota Explicativa nº 09:

Uma perda por desvalorização ocorre quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. A administração da entidade avaliou as fontes internas e externas de informação e não encontrou indicadores relevantes de desvalorização dos ativos, por este motivo não há redução a valor recuperável de ativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Passivo e provisões de contingências passivas

Nota Explicativa nº 10:

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, de encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos.

Nota Explicativa nº 11:

As Provisões de Férias estão constituídas em montante suficiente para fazer frente às obrigações com funcionários e aprendizes, por conta de férias vencidas e proporcionais, considerando, ainda, os encargos legais e o adicional de um terço até a data do balanço.

Nota Explicativa nº 12:

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 e pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Tais valores decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal da Entidade e movidos por terceiros, mediante ações trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas contingências foram avaliadas por nosso Departamento Jurídico e quantificadas por meio de critérios que permitiram a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Todos os processos classificados como provável estão devidamente provisionados ou já foram realizados depósitos judiciais em importe que alcança a totalidade do débito estimado.

Em 2025, nossos Advogados classificaram como possível quatro processos, com valor total de R\$ 175.971,43 (cento e setenta e cinco mil e novecentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos).

Patrimônio Social

Nota Explicativa nº 13:

O patrimônio social representa o patrimônio inicial, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente, desde a ata de sua constituição. O superávit do exercício será transferido para a conta patrimônio social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.



Resultado operacional da Entidade

Nota Explicativa nº 14:

Os custos e despesas são reconhecidos pelos valores de aquisição em conformidade com o regime contábil da competência. As amortizações e depreciações são computadas pelo método linear, conforme as taxas da Nota Explicativa nº 08.

Nota Explicativa nº 15:

As despesas da entidade são apuradas por meio de notas fiscais e recibos hábeis, em conformidade com as exigências legais/fiscais.

Nota Explicativa nº 16:

As receitas foram apuradas pelo método da competência por meio de Notas Fiscais Eletrônicas de Prestação de Serviços, com lastro em contratos, convênios e termos de parceria, firmados com empresas parceiras e órgãos públicos, contabilizados de acordo com a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, quando públicas.

Nota Explicativa nº 17:

Eventualmente, a entidade recebe doações de pessoas físicas não usuárias e/ou jurídicas, em 2025 foram registradas doações no valor de R\$ 7.550,51 (sete mil e quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos).

Nota Explicativa nº 18:

Como entidade de assistência social, participe no desenvolvimento de políticas públicas e/ou de interesse público, o CAMPC habilitou-se em editais públicos e assinou contratos e convênios, cujas propostas, previamente aprovadas, garantiram verbas carimbadas e/ou atreladas ao objeto principal do contrato/convênio, auditados pelos órgãos e legislação próprias de controle social, que corroboram com o cumprimento das finalidades estatutárias do CAMPC e estão classificados em grupo próprio na Demonstração de Resultados do Exercício.

No ano de 2025, a entidade recebeu recursos públicos no montante de R\$ 10.698.113,49 (dez milhões e seiscentos e noventa e oito mil e cento e treze reais e quarenta e nove centavos). A seguir, serão relacionados os valores e as origens destes recursos classificados na Demonstração do Resultado do Exercício.

Órgão Origem	Garantia de Direitos	Custeio/Gestão Socioeducativa	Valor Total
Empresa Municipal de Des. de Campinas	404.177,49	122.117,73	526.295,22
Sociedade de Abastecimento e Saneamento	1.207.939,20	490.106,71	1.698.045,91
Fundacao CPQD Centro Pesq. Desenvolvimento	84.096,66	21.948,66	106.045,32
Centro Nacional de Pesquisa em Energia - CPQD	17.383,62	6.195,07	23.578,69
Fundação Centro Médico de Campinas	582.886,26	150.742,29	733.628,55
Sociedade Regional de Ensino e Saúde	-	1.482,41	1.482,41
Companhia de Habit. Popular de Campinas	106.895,57	34.145,99	141.041,56
Prefeitura Municipal de Campinas	4.266.105,63	266.390,27	4.532.495,90
Universidade Estadual de Campinas	1.476.033,50	556.606,19	2.032.639,69
Fundacao de Desenvolvimento da Unicamp	238.144,48	88.791,84	326.936,32
Subtotal (Receitas de Pessoa Jurídica de Direito Público)	8.383.662,41	1.738.527,16	10.122.189,57
Patrocínio Projeto Sintona – SANASA	-	126.000,00	126.000,00
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMDCA	-	349.999,92	349.999,92
Subvenção Estadual	-	99.924,00	99.924,00
Totais	8.383.662,41	2.314.451,08	10.698.113,49



Os recursos recebidos e registrados na conta de Receita de Pessoa Jurídica de Direito Público, Economia Mista e Fundações, no valor total de R\$ 10.122.189,57 (dez milhões e cento e vinte e dois mil e cento e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), corresponde ao valor total recebido, dos quais R\$ 8.383.662,41 (oito milhões e trezentos e oitenta e três mil e seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e um centavos) foram repassados aos aprendizes como garantia de direitos e R\$ 1.738.527,16 (um milhão e setecentos e trinta e oito mil e quinhentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos) correspondem ao valor recebido para viabilizar as atividades socioeducativas da Entidade.

Nota Explicativa nº 19:

Na Demonstração do Resultado do Exercício, o grupo de Parcerias do Programa de Socioaprendizagem totaliza as Receitas advindas de pessoas jurídicas de direito privado/conveniadas/parceiras e pessoas jurídicas de direito público e economia mista, considerando a segregação:

Os valores contabilizados nas contas Receitas - Contribuição Socioeducativa, R\$ 3.747.440,21 (três milhões e setecentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e quarenta reais e vinte e um centavos) e Receitas - Custeio Gestão Socioeducativa, R\$ 10.027.031,48 (dez milhões e vinte e sete mil e trinta e um reais e quarenta e oito centavos), que juntas somam R\$ 13.774.471,69 (treze milhões e setecentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e nove centavos).

Os valores obtidos e registrados nestas contas são integralmente aplicados nas finalidades institucionais, através dos diversos programas desenvolvidos e citados no relatório de atividades.

A Entidade não realiza nenhuma cobrança na prestação de serviços aos seus usuários, todas as atividades são ofertadas de forma 100% gratuita, conforme citado na nota explicativa nº 1, 23 e Art. 18º do seu Estatuto Social.

Nota Explicativa nº 20:

Os recursos foram aplicados nas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto, demonstrados pelas suas despesas, custos e investimentos patrimoniais.

Nota Explicativa nº 21:

Dispõe o artigo 66 do Estatuto que o CAMPC não tem finalidade lucrativa ou econômica e não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, sob nenhuma forma, título ou pretexto.

A Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, em seu item 20, dispõe que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo seu valor justo, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Todos os associados, conselheiros e diretores da Entidade são voluntários e, em 2025, o valor reconhecido como justo desses trabalhos somou R\$ 698.268,73 (seiscentos e noventa e oito mil e duzentos e sessenta e oito reais e setenta e três centavos).

Demonstração da isenção/imunidade tributária

Nota Explicativa nº 22:

O CAMPC, em observância aos seus objetivos institucionais, desenvolve suas atividades, sem a finalidade lucrativa, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea “c” do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.



Em 2025, a entidade gozou de imunidades/isenções tributárias, incluindo impostos e contribuições, que totalizam R\$ 9.002.988,09 (nove milhões e dois mil e novecentos e oitenta e oito reais e nove centavos), cujos valores estão demonstrados em grupo próprio no Ativo e no Passivo e reproduzidos no quadro a seguir:

Descrição da Conta	Valor
INSS Quota Patronal - Imunidade	4.491.509,65
CSLL s/ Receita - Imunidade	691.852,64
IRPJ s/ Receita - Imunidade	1.897.812,90
Cofins s/ Receita - Imunidade	720.679,84
ISSQN s/ Receita - Imunidade	1.201.133,06
Total da Imunidades	9.002.988,09

Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social

Nota Explicativa nº 23:

A Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam ao disposto na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

Para obter a certificação ou sua renovação, as entidades beneficentes com atuação na área de assistência social deverão demonstrar que realizam ações socioassistenciais, de forma gratuita, permanente, continuada e planejada a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e demais legislação específica.

O CAMPC possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme processo nº 71000.061343/2020-41, publicação da Portaria nº 49/2022 no Diário Oficial da União de 25/05/2022, com validade de 11/03/2021 até 31/12/2025.

O CAMPC atua na área da Assistência Social em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), caracterizando suas atividades, conforme código 88.00-6-00 serviços de assistência social sem alojamento, no âmbito da Proteção Social Básica e Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho. Atendendo aos requisitos da legislação, a Entidade, utiliza-se de sua receita integral, nos serviços socioassistenciais prestados, de forma integralmente gratuita, ou seja, sem qualquer contraprestação dos usuários. Portanto, o CAMPC aplica inteiramente seus recursos em gratuidades assistenciais, dando total cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

A oferta de vagas e o atendimento às demandas, por meio dos serviços, programas, projetos e atividades na área da assistência social, ocorreram de forma permanente, planejada, continuada e cem por cento gratuita, com a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas (CMAS Campinas) e registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas (CMDCA Campinas), priorizando o atendimento àqueles pertencentes às famílias territorialmente referenciadas aos Distritos de Assistência Social (DAS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), rede socioassistencial do município e rede pública de ensino.

Descrição	2025
SCFV - Transformação - Emenda Estadual nº 2025-000786	26
Empreendedores - emenda Federal nº 103/2025 e Emenda Estadual nº 2025-000778/DM	60
Sintonia - FMDCA - termo nº 374/2024	43
Orquestra Sinfonica	30
Total de Jovens	159



O CAMPC manteve participação ativa nos espaços de elaboração e deliberação das políticas públicas e de direitos, com destaque para representação no Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas (CMAS Campinas) e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas (CMDCA Campinas).

A descrição completa das atividades desenvolvidas pelo CAMPC está no Relatório de Atividades 2025, arquivado em sua sede e à disposição de órgãos públicos e pessoas interessadas.

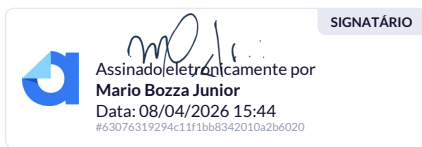
Campinas, 31 de dezembro de 2025.



Adailton José Santos Silva

Presidente

CPF 296.551.294-20



Mário Bozza Júnior

Diretor Financeiro

CPF 778.197.808-00



Adriano Elias Brito

Contador CRC 1SP 246817/O-2

CPF 225.618.018-29

